



**CULTURAS DE APRENDIZAGEM
CULTURES FOR LEARNING**

**ACTAS
PROCEEDINGS**



A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EUROPA UNIDA

Ernesto Candeias Martins - Escola Superior de Educação, Portugal

0. - INTRODUÇÃO

" (...) Cada cultura tem uma dignidade e um valor que deve se respeitado e preservado. (...) Cada pessoa tem o direito e o dever a desenvolver a sua própria cultura. (...) Todas as culturas formam parte da herança comum que pertence ao ser humano."

(Conseil d' Europe)

Assistimos nos últimos anos a mudanças políticas na Europa que vão ter no futuro imediato repercursões ao nível social, económico, demográfico, sociológico, cultural, militar e principalmente no nível educativo.

É minha intenção nesta comunicação apresentar algumas propostas de reflexão sobre as questões envolventes à educação intercultural e o impacto que terá na formação (inicial e contínua) dos professores, constituindo um instrumento para a adequação às novas exigências e mudanças da Comunidade Europeia.

O art.º 12 do capítulo III dos acordos de Mästricht propunham que as acções em educação, formação profissional e da juventude deveriam:

- *-desenvolver a dimensão europeia no ensino pela aprendizagem e difusão das línguas dos estados membros;
- *-promover a mobilidade de alunos e de professores e respectivo reconhecimento académico de títulos e períodos de estudo realizados;
- *-promover a cooperação entre as escolas ou instituições escolares de todos os níveis de ensino;
- *-incrementar o intercâmbio de informação sobre as questões dos sistemas educativos dos estados membros da Comunidade;
- *-favorecer o intercâmbio de jovens e animadores socio-comunitários;
- *-fomentar o ensino à distância e simultâneamente a educação de adultos.

Toda esta riqueza cultural e ritmo de mudança da Comunidade Europeia exigirá que os sistemas educativos nacionais se adaptem gradualmente a estas recomendações e exigências de uma nova Europa (o art.º 127 dedica-se à política de formação profissional).

Desta forma, a formação de professores, no exercício das suas funções educativas, devem conceber procedimentos pelos quais, o sistema educativo elabore conhecimentos, saberes, habilidades e atitudes que devem possuir as novas gerações. Contudo, há diversos enfoques

pedagógicos que afirmam que essa formação está longe de responder à diversidade (cultural, linguística, sócio-económica, de sexo, de raça, etc.) que caracteriza a sociedade europeia. Daí que os professores parecem não estar preparados para ensinar numa escola pluricultural, sabendo-se que na Comunidade Europeia os alunos e os professores têm uma maior mobilidade.

A diversidade cultural nas escolas responde a razões psicopedagógicas e do direito à educação em sociedades democráticas. Pensamos que dessa diversidade na Escola, ressalta uma dupla relação psicopedagógica: a **primeira relação** referente aos sujeitos colectivos como objectivo da programação e planificação das iniciativas pedagógicas (os agentes educativos); e a **segunda** sobre os meios humanos, os espaços culturais, os ambientes socio-educativos, etc. que como agentes, configuram o comportamento e as atitudes em todas as suas formas nos intervenientes do processo de educação intercultural na Escola.

A intenção europeia é a de uma educação para uma sociedade global, que reflecta a aproximação intercultural, onde a inter-conexão e a unidade sistémica estejam presentes no tratamento da diversidade étnica e cultural e do pluralismo cultural e linguístico. São bons exemplos destas intenções o Projecto das Escolas Avançadas na UNESCO de S. Churchill, o Projecto de Educação Global de K.A. Tye nos EUA, onde essa aproximação multicultural ultrapassa os limites curriculares.

A educação multi e intercultural pode ser o conteúdo de programas de formação de professores, partindo da permissão que estes futuros educadores têm que usar o conhecimento e a informação sobre o resto da Europa, com o intuito de conhecer, aprender e compreender as relações/encontro ("pedagogias de "baixa tensão") com os outros povos, nações e culturas.

Assim, estruturamos em três pontos fundamentais a nossa intervenção. No primeiro abordamos as bases antropológicas e pedagógicas da educação multi e intercultural, distinguindo-as e reforçando a ideia de que a pedagogia intercultural deve impregnar-se de pedagogias de "baixa tensão". No segundo ponto referimo-nos à formação de professores no quadro das exigências europeias e finalmente no último ponto expomos algumas ideias sobre modelos de formação de professores (inicial e contínua) que integram componentes essenciais para actuar na diversidade cultural.

Em síntese, chegaremos à conclusão que a educação intercultural pode aplicar-se nas práticas pedagógicas das nossas escolas onde existem alunos que, oriundos de estratos diversificados, constituem grupos culturais com comportamentos significativos diferenciados, com maior relevância nos casos das "minorias étnicas". Também, essas práticas exigem maior actuação dos alunos, facilitando-lhes a aprendizagem e aos professores proporcionar-lhes-á (bases pedagógico-didácticas) conhecimento, intercâmbio, valorização, respeito, isto é novas atitudes educativas. No fundo a educação intercultural promoverá a **integração social e cultural**; promoverá o intercâmbio cultural e a comunicação; valorizará as culturas presentes na Escola e comunidade; fomentará as tarefas cooperativas e maior participação; e promoverá também o sucesso educativo.

1.-AS BASES ANTROPOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E MULTICULTURAL

Existem duas correntes para designar a proposta educativa que aborda a formação para a vida numa sociedade europeia pluralista e humanista: o MULTICULTURALISMO (multicultural ou transcultural) e o INTERCULTURALISMO (interculturalidade é a aproximação entre culturas). Estas duas expressões não têm um significado diferente, mas são utilizadas por muitos pedagogos como sinónimos (CERI - OCDE, 1987; Churchill, 1987). A denominação mais aceite e mais divulgada é a do interculturalismo e, por isso, ao nível educativo defende-se o conceito de educação intercultural (CERI - OCDE, 1989; Rey, 1986) por ser a mais compreendida pelos alunos de diversas culturas.

O que é a educação intercultural nos países europeus ?

Numa perspectiva de pedagogia intercultural nos vários países europeus e nas instituições internacionais (Unesco, Conselho da Europa,...), a educação intercultural (Conseil de L'Europe, 1989; Vreede, 1985) como uma estância ideológica crítica, que pretende transformar a sociedade. Dito conceito (científico) compõe-se do prefixo "INTER" (interacção, mudança, abertura, reciprocidade, solidariedade objectiva,...) e do termo "CULTURA" (reconhecimento dos valores, modos e estilos de vida, representações simbólicas dos seres humanos e sociedades, relações interpessoais, ...). Entendemo-la como a comunicação dos povos e das pessoas (Knapp, 1990: 55-60) para além das barreiras culturais, uma educação na Comunidade Europeia com a sua diversidade cultural e, que tem por objectivo ajudar os agentes educativos a aprender a viver em formas mais aceitáveis para eles e para a sociedade europeia.

Deu-se gradualmente uma incorporação da educação intercultural nos sistemas educativos, constituindo-se num instrumento das relações étnicas e das minorias na escola. Quando realizamos programas educativos especiais temos dificuldades de compreendermos a "interculturalidade" no âmbito curricular, pois não sabemos bem em que consiste o conteúdo intercultural do currículo, nem as suas mudanças em termos da sua manipulação (conteúdo e métodos), porque os seus fins dificultam a proposta de guias curriculares que proporcionem orientações para as acções e processos pedagógicos e respectivas mudanças. Sabemos que o currículo configura-se à volta das disciplinas e matérias, em que a educação intercultural, no dizer de M. Alkan (1990: 113-121), é um domínio dentro do currículo, uma agrupação de oportunidades de aprendizagem devidamente planificadas para conseguir uma série de metas educativas.

Por outro lado, a educação intercultural supera a da educação multicultural no sentido de que esta refere uma posição mais estática (coexistência entre culturas) ao afirmar a realidade multicultural existente (o multiculturalismo está mais difundido no continente americano). A educação multicultural é uma preparação (acto didático) para realidades socio-políticas e económicas que os indivíduos experimentam em encontros/diálogos humanos culturalmente diversos e complexos. Os seus respectivos objectivos são: a consciência da herança cultural de cada indivíduo; a afirmação de todas as culturas; permitir a aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos para um ambiente multicultural; e o de desenvolver a procura de informação sobre os múltiplos factores das diversas culturas. Assim, as concepções, para nós professores, do que significa a educação multicultural é o de ensinar a criança culturalmente diferente; o de motivar os estudos de grupo na escola; as relações humanas; os modos de comunicação educativa numa sociedade multicultural e social (igualdade de oportunidades educativas); o de transformar o currículo e as práticas pedagógicas na escola; estimular as actividades socio-comunitárias; etc.

Paralelamente ao aparecimento do conceito de "multiculturalidade" divulgou-se na

Europa o de "interculturalidade", referindo-se este às necessidades de aceitação da evidência de que existem diferentes culturas tendentes à interrelação, à reciprocidade, à tolerância, ao intercâmbio e à solidariedade entre as diversas formas de entender e viver a vida, os valores, as crenças, a história, as representações simbólicas e as artes, etc. (Conseil de L' Europe, 1989; Lynch, 1989). Pretende-se no âmbito da Comunidade Europeia a compreensão e o diálogo intercultural entre o mosaico de países europeus, entendendo-se por educação intercultural o processo activo, dinâmico, comunicativo e de interacção entre as culturas, de modo a enriquecer-se o entendimento mútuo entre os países.

No **QUADRO 1** indicamos o princípio de interculturalidade, numa síntese de treze pontos ou pressupostos para uma educação intercultural na Europa (Rey, 1986). A interpretação do interculturalismo deve ser feita, segundo o tipo de diferenças e problemáticas resultantes das culturas ditas "regionais", da língua e cultura de origem dos emigrantes das diferenças sociais, das diferenças de idades e sexo, da dicotomia de "habitat" rural e do urbano, do dilema entre a cultura escolar dominante e da denominada, as etnias, a comunidade cigana, etc.

A educação do "intercultural" implica na nossa perspectiva um enfoque intercultural da educação, isto é, duma **PEDAGOGIA INTERCULTURAL** (contra o racismo, a xenofobia, as desigualdades, a exclusão social e étnica, as injustiças sociais, a discriminação, etc.). Esta pedagogia designamo-a "**pedagogia de baixa tensão**"¹.

A pedagogia intercultural apoia-se no princípio de que a função básica da educação, identifica-se com o reforço do perfil cultural da comunidade ou da legitimidade duma cultura. Efectivamente, a educação e a escola, transmitem às novas gerações, os valores, as pautas de condutas, os usos sociais e culturais, etc., vigentes na sociedade, com a finalidade de reforçar a dimensão axiológica e outras características que a definem.

Nesta perspectiva antropológica e pedagógica a problemática da "interculturalidade" surge naquelas situações de diversidade cultural significativa no contexto social em que se radicaliza a relação: **EDUCAÇÃO - CULTURA - SOCIEDADE**. Actualmente, a diversidade cultural é de alguma forma um fenómeno que surge na comunidade e especialmente na Comunidade Europeia (esta é um mosaico paradigmático de multiculturalismo), o que deve supor uma adaptação educativa ao perfil cultural europeu.

Em geral, os europeus e as sociedades europeias são multiculturais, mas cabe à educação partir deste facto para cumprir a sua função: o de reforçar e transmitir o perfil cultural da comunidade (a "interculturalidade"). Não ignoramos, que existem problemas nessa re-orientação educativa devido à acção dos sistemas educativos nacionais. Além disso, a **ESCOLA** como as outras instituições sociais da comunidade não parecem preparadas para a diversidade cultural.

A educação será **INTERCULTURAL** ao potencializar a interrelação entre as diversas culturas, garantindo um espaço cultural comum, sem perda da identidade original. Mas, também a educação intercultural supõe a preparação dos educandos para viverem realidades políticas, sociais e económicas, que se experimentarão no declinar deste século, num contexto cultural diverso e complexo de ser assumido (Lanternari, 1986; Montani, 1991). A educação intercultural apresenta-se como a capacidade de acesso a um outro meio cultural, como um processo educativo, à intervenção dos agentes educativos no Projecto da Escola e da configuração do meio social e da política cultural europeia.

Trata-se, pois, de uma estratégia a longo prazo, que parte do multicultural avançando para o intercultural (a inter-comunicação), para a empatia, a solidariedade e a interpenetração entre diferentes culturas, num pluralismo democrático, a igualdade de oportunidades, a tolerância pelas diferenças, apesar das imensas dificuldades existentes. No fundo ela situa-se no descobrir

- 1.-A opção intelectual significa: reconhecimento pelas culturas e suas interacções; daí que "intercultural" reconhece as culturas desde uma perspectiva dinâmica;
- 2.-Reconhecimento do valor das diferentes culturas, de modo a melhorar e não dominar as culturas emigrantes e as "etnias";
- 3.-A educação intercultural é o princípio subjacente a qualquer actividade escolar; não sendo incorporar conteúdos no currículo, pretende que os objectivos de democratização, civismo e moralidade, igualdade de oportunidades, solidariedade e desenvolvimento cultural estejam presentes em todas as actividades escolares (dentro do projecto escola);
- 4.-Desafia os critérios de valorização etnocêntricos e os socialmente errados e, relativiza a utilidade dos testes psicológicos;
- 5.-Introduzir o enfoque intercultural em cada área organizacional e na vida da escola, de modo a ter em conta a agrupação das crianças, os espaços, a aprendizagem da língua materna e da segunda língua, os livros de texto, os jogos, os divertimentos, os recursos e as actividades extra escolares;
- 6.-Solidariedade e participação de todos os elementos educativos na comunidade escolar;
- 7.-O papel da língua materna na escola e a necessidade de haver professores que ensinem esta língua de modo lúdico;
- 8.-Enfoque pluralista na aquisição de conhecimentos (ciências exactas, humanas, sociais, expressão artística, religião e moral, etc);
- 9.-A arte e a expressão plástica são bons meios para apreciar as diferenças entre culturas, por exemplo o folclore, a música, etc;
- 10.-A actividade intercultural entre as crianças depende da qualidade de cooperação entre os professores, trabalhando em equipas interculturais;
- 11.-Condição necessária à aprendizagem: a comunicação entre escola-família-meio/comunidade ou ambiente social em que a criança vive;
- 12.-A educação intercultural é uma perspectiva que preocupa todos os países europeus (os de origem e os de permanência dos alunos) requerendo a solidariedade entre eles, mesmo havendo diferentes níveis de recursos;
- 13.-A formação (inicial e contínua) dos professores é o princípio gerador da educação para uma compreensão intercultural.

Quadro 1 - Pressupostos para a educação intercultural na Europa

a importância pedagógica das políticas culturais, a valorização da acção pedagógica dentro e fora da escola, a importância da formação dos professores na Europa, pois como afirmava Makarenko: "(...) as interrelações entre a comunidade e o indivíduo constituem o principal problema da educação", à qual acrescentamos a interacção comunicativa, o civismo, a moralidade, à informação e a educação social em sociedade multicultural (Ladmiral & Lipiansky, 1989).

Uma educação para a comunicação intercultural de grupos sociais deve incluir elementos que aprofundem o conhecimento da diversidade cultural e gere uma atitude de pluralismo cultural como base duma educação intercultural.

2.-AS IMPLICAÇÕES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Nesta parte da comunicação refletiremos sobre o currículo e a sua problemática actual no contexto multicultural. Assim, iremos relacionar esta questão em quatro níveis da estrutura curricular, a saber:

(1.)-a cultura existente: que tipo de cultura ?; que aspectos da cultura vigente deve integrar-se nos currículos escolares?; qual o papel da Escola ?

(2.)-a cultura escolhida para ser transmitida na escola deve ser organizada para ser ensinada, isto é, a questão da intervenção curricular, a adaptação didáctica dos conteúdos culturais que são transmitidos pela escola;

(3.)-toda a acção escolar está condicionada axiológicamente (valores) o que determina uma série de condições curriculares;

(4.)-a concretização em "design" ou modelo instrutivo, continuamente aperfeiçoados, é o grau de desafio curricular orientado a melhorar o trabalho (de grupo ou individual) de aula;

O debate da escola multicultural situa-se mais no nível (1.), mas com repercursões e condicionalismos com os outros níveis (2.), (3.) e (4.).

2.1.- O contexto multicultural

Seja qual for o conceito de "CULTURA" que considerarmos, parece que uma das características da sociedade é a sua pluralidade cultural. Por isso, surge as ideias referentes à IDENTIDADE CULTURAL: identidade de grupos sociais/pessoas; condutas, crenças, valores, normas, modos de produção e de relação; as diversas formas de sentido das nossas experiências; a existência de uma cultura objectiva e/ou subjectiva; etc.

B. M. Ferdman (1990) explica que a identidade cultural de um grupo integra aspectos e dimensões de vária índole como por exemplo: o conjunto partilhado de factos e crenças que ajudam a definir um grupo; os aspectos referidos a uma dupla dimensão, a instrumental/funcional (comunicação) e a simbólica (signos de identidade); a identidade cultural e a auto-imagem com os seus significados; etc.

Mas, quais são os problemas a nível curricular que apresenta a diversidade cultural no marco das necessidades educativas ?

Sabemos que alguns aspectos têm que ser considerados como : o ingresso na Comunidade Europeia; o progressivo internacionalismo cultural, profissional e produtivo; a presença de sujeitos de várias raças e culturas; a deteriorização progressiva da convivência intercultural; a (re) vitalização dos nacionalismos; etc. Isto é, a integração europeia do nosso país determina exigências

curriculares, algumas já contempladas no marco da Reforma. Atrevemo-nos a admitir que a ESCOLA terá uma função de "termostato" ao ser um mecanismo de contra-poder, devendo actuar como uma instituição dinamizadora das mudanças culturais naqueles contextos mais imobilistas e como instituição de conservação cultural naqueles contextos submetidos a pressões de privação da identidade cultural. São exemplos desta resposta da escola, no caso da Inglaterra o "Swann Report -1985" (Relatórios oficiais de educação multicultural), cuja ideia primordial afirmava que a Escola numa sociedade multicultural deve considerar: as necessidades particulares dos alunos das minorias étnicas; a necessidade de todos os sujeitos desenvolverem atitudes positivas para com a diversidade; e a necessidade de desenvolver estratégias capazes de combater atitudes, condutas e práticas que discriminam ou excluem os grupos ou os indivíduos. Assim, insistiam estes relatórios na necessidade duma sensibilização da escola para com as subculturas, os grupos marginais, as culturas minoritárias, a exclusão social, a inadaptação social, etc.

2.2.-Dilemas da multiculturalidade: Teorias da Escola

O pluralismo cultural afecta a própria escola. Surgem, assim, alguns dilemas curriculares, que no fundo são tensões opostas, como por exemplo:

(i)- assimilação versus pluralidade cultural.

A escola tradicionalmente respondeu sempre à lógica da assimilação, no âmbito das formas/estilos de vida, normas, etc., o que originou uma saturação do CURRÍCULO ESCOLAR de conteúdos. Essa escola da "assimilação" parte do pressuposto que por esse processo os educandos podem integrar-se melhor no grupo social, podendo competir em igualdade de condições.

Frente a esta posição apareceram criticamente uma série de considerações (ideológicas, sociológicas, ...), que insistiam na diversidade cultural como uma qualidade positiva da sociedade actual. A escola facilitaria a reconstrução da herança cultural dos distintos grupos, mas sem renunciar à assimilação.

Consideramos que um novo modelo de escola centralizada em mecanismos que reforcem os aspectos instrumentais e de comunicação possibilitem a *CONVIVÊNCIA* (pedagogia do encontro e das relações). Nesta dupla perspectiva a escola permitiria que os diferentes grupos não perdessem a identidade cultural e, por outro construiria um espaço (comunitário) de vida comum (aquisição de conhecimentos, de recursos, ...). Desta forma, a escola e o currículo escolar manteriam por um lado o equilíbrio entre a educação para a coesão e assimilação e, por outro lado a educação para a diversidade.

O papel da escola em relação à identidade cultural exige que misture num duplo processo de reforço e enriquecimento a identidade própria de cada grupo e, por outro criar espaços, recursos e equipamentos comuns, que permitam a interacção entre os grupos ou indivíduos.

(ii.)-necessidades/interesses particulares versus educação igual para todos.

Como articular a resposta escolar às exigências formativas nos contextos multiculturais?

Deve a escola proporcionar um contexto de aprendizagem comum para todos ou organizar programas educativos adaptados às exigências educativas ?

Todos sabemos que pouco se faz pelos alunos da comunidade cigana, que não há escolas especiais para os filhos dos emigrantes ou dos PALOPes e não há centros específicos para sujeitos com deficiências, etc. As minorias apresentam necessidades com características diferentes às da população escolar em geral.

Em síntese, acreditamos que devemos afrontar com estratégias estes dilemas (i.) e (ii.), de modo a que a escola tenha como objectivos formativos : o desenvolvimento de atitudes positivas para com os sujeitos com formas culturais diferentes; proporcione um espírito internacionalista e interculturalista; que haja uma configuração de um projecto curricular coerente e que se conjuguem espaços de acção e cooperação entre os grupos.

Nesta questão Ferdman (1990) utiliza uma analogia gastronómica a três MODELOS DE ESCOLA:

*-escola modelo "puré" que potencializa a assimilação por aculturação (todos os grupos sujeitam-se à cultura básica e vigente);

*-escola modelo "melting pot" ("fondue") que trata de fazer um prato integrador do melhor de cada ingrediente (não existiria uma cultura pré-estabelecida, mas essa cultura seria o resultado dos contributos das diferentes culturas);

*-escola "sopa de vegetais" (são julião) que tem como principal objectivo a integração orientada à coexistência das componentes culturais.

De qualquer forma, as implicações curriculares da diversidade cultural na escola oferece uma proposta formativa multicultural, considerando-se as necessidades geradas no marco social e cultural diversificado (o currículo elaborado incorpora a diversidade cultural como característica da sua estrutura e dos conteúdos). Mas, num projecto curricular de escola deve-se ter em conta a organização do ambiente escolar, o âmbito didáctico no vínculo entre os conteúdos de aprendizagem e os referentes experienciais dos alunos e, por fim em relação às matérias curriculares concretas (língua materna, literatura, as ciências sociais e humanas, etc.).

3.- A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL

O sujeito prioritário de formação no actual marco europeu é sem dúvida o professor. Novos dilemas emergem nessa abertura europeia, resultantes das necessidades de satisfazer o amplo espaço humano, social, político, económico, laboral, multicultural, isto é a necessidade de atendermos profissionalmente às exigências da Comunidade Europeia. Trata-se de uma exigência de formar professores com uma visão holística dos processos, dos avanços e desafios da Europa e complementa-se com as exigências de cada Escola, cada aula, cada aluno com quem interactiva. Por isso os programas europeus mencionam essa manifestação multicultural e multilinguística.

Qualquer reforma educativa precisa de melhorar a formação dos professores (Martins, 1991; Mitter, 1991) para a actual Comunidade Europeia (mosaico heterogéneo racial, linguístico e cultural) (Tschoumy, 1989) o que representa uma questão importante na mobilidade de bens e pessoas que dão origem a uma comunicação intercultural. Os professores qualificados estarão autorizados para solicitar postos de trabalho em qualquer dos estados membros. Esta política europeia (multiculturalidade) oferece aos agentes educativos experiências culturais no sentido do respeito à identidade e à soberania, sendo um estímulo para se realizarem processos de contacto com outras línguas, culturas e mercados laborais.

A formação de professores constitui um ponto crucial no âmbito da adaptação dos currículos escolares às particularidades dum mercado competitivo e multicultural. Exige-se dos governos uma aproximação das suas políticas educativas às necessidades sociais, que apresentam

os processos multiculturais: esforços para uma melhor preparação dos docentes para a diversidade dos estudantes com as suas bases linguísticas, sistema de valores e estilos cognitivos, isto é, capazes de compreender os determinantes culturais (valores, crenças, atitudes) desses estilos cognitivos e criar ambientes de aprendizagem significativa diferentes (Denoux, 1990: 123-128).

Mas, que modelo(s) exigimos de formação de professores para os desafios europeus e num espaço cada vez mais competitivo ?

Destacamos entre esses desafios três que nos parecem relevantes:

*-a procura e consolidação duma consciência e mentalidade inter e multicultural, que respeite a profundas diferenças dos estados membros e dos sujeitos que os constituem;

*-criar projectos rigorosos que apostem numa formação dos professores europeus coerente com os novos âmbitos do saber, do desenvolvimento científico-tecnológico, do desenvolvimento multicultural e das formas de viver e estar dos que vivemos e trabalhamos nesta nova Europa Unida; isto implica que as Administrações de todos os âmbitos e níveis (incluindo o dos professores) projecte currículos formativos que integre essa nova visão multicultural, as problemáticas, os desafios, as necessidades, as expectativas e os conflitos reais, vividos pelas diversas comunidades (currículo escolar adequado ao pluralismo cultural, de modo a adaptar e ir ao encontro dos interesses dos alunos);

*-estabeler projectos europeus que respondem às exigências sentidas pelos diversos colectivos humanos, profissionais, étnicos e diferenciais.

Este modelo de formação multi e intercultural do professor apoia-se na análise da prática multicultural na aula e Escola, identificando a natureza do ensino, inserido num currículo coerente, um desenvolvimento da comunicação, os contributos do próprio discurso, de modo a promover uma cultura inovadora que projecte uma ESCOLA (núcleo de mudança) comprometida com a abertura multi e intercultural e, proporcione a formação permanente dos professores.

A melhoria da escola comprometida com esta concepção e prática multicultural e intercultural deve ter presente indicadores institucionais como: a cultura (ambiente e a comunidade educativa da escola), as estratégias metodológicas, a organização, o currículo e ensino multicultural. Isto é, a Escola deve apresentar um ambiente socio-educativo nesse espaço multi e intercultural rico, aberto e comprometido sem esquecer os aspectos instrumentais, cognitivos, atitudinais, emoções, estratégias, etc. que afiancem o saber fazer essenciais ao cidadão europeu.

Uma formação para a interculturalidade proporcionará nos professores uma mudança nas suas teorias de modo a entenderem o significado das "culturas" e, que possam construir conhecimentos do que é a diversidade cultural (europeia).

É, pois, uma posição antropológica da aprendizagem e próxima ao **paradigma do pensamento dos professores** (Bliss, 1990), significando que a formação para uma educação multi e intercultural exigirá mudanças, modificações dos pressupostos e pré-juízos, frente às minorias, às étnias, aos emigrantes e aos grupos culturais diferentes. Por outro lado, pretende-se também desenvolver imagens perceptivas, teorias do "outro" sujeito da comunicação (assimilação cultural e, assim a metáfora do professor como construtor da "alteridade cultural" que não obstaculize a identidade dos valores da sociedade.

A formação inicial e continua dos docentes constitui as permissas da política em educação intercultural e da Comunidade Europeia. Esta tem estabelecido programas educativos favorecedores da comunicação intercultural (Knapp, 1990) como: o Programa de Acção da Comunidade Europeia para a Educação e Formação para a Tecnologia (em 1987 o COMET),

ERASMUS, Programa Língua com o lema "Aprender uma Língua é aprender uma Cultura", o Programa Tempus e os Programas (por exemplo o PETRUS) do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional -CEDEFOP, o que tem constituído uma preocupação pelo ensino em geral, à distância, pela inserção laboral, de outros organismos internacionais (UNESCO, OCDE,...) com programas de investigação em redes de informação.

Com esta ideia de mudança e internacionalização da aprendizagem, também mencionamos o fluxo de novos conhecimentos científicos, a mobilidade de alunos e professores, as mudanças nos conteúdos curriculares e as respostas às exigências da educação continua, técnicas de aprendizagem, ensino à distância, as novas tecnologias educativas, os novos programas de post-graduação ou "Masters", mestrados de âmbito interdisciplinar, contratos de investigação, tarefas de aconselhamento, a transferência de conhecimentos, etc. (Dillemans, 1989).

Caberá às instituições de ensino superior criar novas redes com outras instituições de níveis de ensino igual e diferentes, contribuindo com formas de colaboração científica e técnica com o mundo empresarial, com a Escola em geral e outras instituições sociais públicas e privadas.

O primeiro dos efeitos destas políticas incidirão nos professores, como agentes de mudança e funcionários pertencentes à Administração com os seus direitos e deveres sociais, as funções educativas de transmissão do conhecimento e em educar a criança, combinando a função de educar com a responsabilidade nas acções que facilitem o desenvolvimento como pessoa e cidadão.

4.- A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUA DOS PROFESSORES ENQUADRADAS NAS EXIGÊNCIAS EUROPEIAS

4.1.-A Formação Inicial dos Professores

Já referimos anteriormente que a formação de professores é a chave real duma educação intercultural (Rey, 1986: 37). A sua preparação é essencial para compreendermos os alunos e os seus ambientes familiares e socio-culturais e económicos, os estilos de vida da comunidade, as expectativas e os esquemas de conduta/comportamento dos educandos, etc. de modo a conseguir-se um enriquecimento cultural de todos os agentes educativos e da própria comunidade. Essa formação inicial e contínua constitui o princípio da "interculturalidade" (Denoux, 1990) na teoria e na prática pedagógicas (dimensões de consciencialização e de relações pessoais, no utilizar diversas metodologias e estratégias (recursos conceptuais e metodológicos) na prática pedagógica, etc.

Na formação inicial devemos dar mais ênfase à reflexão filosófico-pedagógica sobre os valores e a sua transmissão às novas gerações na sociedade europeia pluralista. Este âmbito de formação está submetido às circunstâncias das diferentes concepções e tipologias da educação multicultural, às pressões sociais, às normatividades e legalidades a introduzir nos planos curriculares de formação.

Um plano formativo (holístico) imbuído de multi e interculturalidade deve-se reflectir na administração, na organização e gestão escolar, no currículo, nos professores e alunos, nos recursos, na avaliação e na planificação e programação das disciplinas. Por isso há a conveniência de integrar uma série de componentes (Lynch, 1989) nos quais destacamos:

*-um discurso congruente com a comunidade, aceitando os pressupostos sociais dominantes num determinado contexto(s);

*-a preparação duma normativa de actuação ou de acção reguladora que vincule a escola a acções organizativas e de administração;

*-o recrutamento dos professores para tratar com as minorias, étnias e outras comunidades culturais, a selecção dos alunos;

*-os recursos, os espaços e materiais curriculares diversificados;

*-interacção entre as escolas comunicando os seus conhecimentos e experiências;

*-o currículo que integre, selecione, organize conhecimentos representativos do pluralismo cultural;

*-estratégias de ensino-aprendizagem inspiradas em relações sociais democráticas, aprendizagem significativos individualizada e em grupo;

*-aproximações de avaliação apoiada nas percepções e representações dos alunos;

Um plano de formação inicial tem a necessidade de criar aptidões para os futuros professores, de modo que estes analisem por si (investigação-acção) as questões culturais, sendo socialmente críticos (Lynch, 1989). Contudo, há uma escassa pêntracção da ideia intercultural nos currículos, como já vimos, porque os professores devem saber ensinar os conhecimentos (incentivos) à diversidade de alunos na aula, facilitar a flexibilidade ou a interdisciplinaridade no ensino-aprendizagem com diferentes recursos. Aceitar as diferenças significa conhecer as diferentes características psicológicas dos alunos, as suas habilidades metacognitivas, o que obriga a que os planos de estudo sejam representados por esse conhecimento, de modo a que os alunos estabeleçam uma adequada comunicação intercultural, habilidades didácticas na aula, adaptação dos modelos curriculares às situações variadas dos contextos (Beyer y Zeichner, 1990), revitalizando-se a Pedagogia Intercultural.

Em definitiva, estabelecer maiores laços de comunicação entre o sistema escolar e as instituições de ensino superior (Martins, 1991) como via de introduzir o conceito de profissionalidade nos futuros formadores, desenvolvendo capacidades de reflexão e indagação sobre as suas acções e um pensamento prático.

Vejamos alguns componentes curriculares na formação inicial dos professores e nas práticas pedagógicas, com as suas repercursões na concepção intercultural ao nível das metas, objectivos, conteúdos e estratégias de aprendizagem.

(a.)-Metas, Conteúdos e Destrezas de um Programa de Formação Intercultural

A realização de programas de educação multi e intercultural exige metas educativas relacionadas com o desenvolvimento de atitudes (abertas, flexíveis e tolerantes), uma selecção e organização de conteúdos e uma selecção de estratégias didácticas. Podemos estabelecer quatro critérios de metas educativas: as referidas ao desenvolvimento de valores; os relacionados com os alunos e o ensino (aulas dialogantes, planificação de unidades didácticas com enfoque intercultural); as metas relacionadas com os aspectos culturais diversificados; e por último os valores relacionados com os direitos humanos, o desenvolvimento de crenças participativas e democráticas.

Por outro lado, os conteúdos a incluir neste programa de formação deve permitir aos professores adquirirem conhecimentos nas seguintes áreas (Lynch, 1989): conhecimento humano, socio-económica (sobre a composição e estrutura da sociedade europeia e dos seus diferentes sistemas e interrelações); conhecimentos estéticos e criativos; conhecimentos linguísticos;

conhecimento matemático, científico-tecnológico; conhecimento ético-moral e espiritual (aprender as diferentes tradições filosóficas e religiosas); conhecimento físico, geográfico e ambiental (saúde, nutrição, conservação e protecção do meio-ambiente, etc.).

M. Rey (1986) sintetiza estes conteúdos abarcados na perspectiva intercultural da formação inicial em : enfoque histórico e socio-linguístico; estudo etno-sociológico e etnográfico; estudo comparativo dos sistemas educativos nacionais; introdução ao ensino das línguas com conceitos derivados da psicolinguística; análise das diferentes matérias escolares e da sua metodologia; análise e significado da avaliação da conduta e destrezas e conhecimento; e conhecimento da situação real das étnias e outras comunidades culturais com dificuldades de adaptação socio-educativa. Assim, a formação dos professores incluiria situações de aquisição de habilidades do tipo: empírico (dados objectivos e subjectivos), analítico (dados descritivos), avaliativo (juízos), estratégias (planificação das acções educativas), práticas e comunicação (professores reflexivos).

(b.)-Estratégias Formativas nos Programas de Formação

Os conteúdos e as destrezas referidas anteriormente, devem ser desenvolvidas nas práticas pedagógicas de modo a que os futuros professores se impliquem de forma real e simulada em acções coerentes com os princípios da educação intercultural. Parece que algumas investigações neste âmbito mostram que a mudança de atitude nos professores em formação como consequência da sua participação em cursos específicos sobre a educação multicultural perde-se em pouco tempo.

Indicamos algumas estratégias susceptíveis de serem utilizadas num programa com orientação intercultural: redigir biografias/auto-biografias, conhecimento comparativo dos sistemas educativos dos países da UE (estabelecer convénios ou protocolos com outras instituições europeias); a análise hermenêutica de textos básicos (análise de conteúdo); estudo de caso de professores em formação e em exercício (gravações, observações, investigação em acção), com destaque para a capacidade de resolução de problemas, toma de decisões, conhecimentos e compreensão, etc. (Lynch, 1989; Richert, 1991); práticas pedagógicas orientadas (observações, simulação de situações de ensino, ...) e práticas pedagógicas com períodos de indagação e investigação (investigação-acção, estudos etnográficos, diários e conferências de supervisão,...); etc.

4.2.-Formação Contínua dos Professores

A formação na interculturalidade e multiculturalidade abrange não só os futuros professores, mas os diversos profissionais que exercem o seu trabalho na sociedade. A Comissão das Comunidades Europeias recorda os aspectos profissionais que têm em comum os trabalhadores como os professores em geral: impacto da livre circulação dos recursos humanos, o aparecimento de novas especialidades e a evolução demográfica. Articula-se a aprendizagem com o trabalho na empresa, o poder socializador do ensino à distância e a utilização das novas tecnologias educativas e, a integração de novas competências profissionais resultantes das transformações do mercado de trabalho.

Vejam os alguns aspectos relevantes na formação contínua:

(a.)-As tendências na formação

Vários países afrontam processos de reforma curriculares destacando-se os modelos de formação permanente dos professores para um perfil desejável de "professor" para sociedades de sistemas democráticos. Aumenta-se, assim, os estudos no âmbito psicopedagógico, sociológico na componente teórico do currículo e das práticas pedagógicas nos planos de estudo, além dos cursos de aperfeiçoamento (por exemplo o Foco, ...). Podemos classificar em duas categorias as prioridades dessa formação: as vinculadas com as disciplinas (âmbito metodológico, línguas, novas tecnologias,...) e as relativas aos problemas formativos (questões de multiculturalidade).

Há, assim, um grande vínculo entre a formação contínua dos professores e a formação de adultos com o controle da QUALIDADE de FORMAÇÃO, maior flexibilidade entre a formação inicial e contínua, formação de formadores para actividades extra-escolares, individualização na formação, ampliação de tarefas formativas, abertura a saberes diferentes dos escolares, maior autonomia e flexibilidade das instituições na formação de professores, etc. Todos estes princípios são congruentes com as actuais directrizes nacionais e europeias de formação contínua dos professores ².

(b.)-Seleção e Desenvolvimento Socio-Profissional dos Formadores

Deve-se na formação contínua dedicar uma atenção especial aos docentes universitários e aos responsáveis das instituições escolares, para que se promovam atitudes e habilidades críticas nos alunos em formação, insistindo-se que a diversidade cultural é um valor a preservar. O formador de professores deve adquirir perspectivas interculturais (cada cultura tem a sua própria dignidade e valor que devemos respeitar) e um desenvolvimento profissional.

(c.)-Exercício da Actividade Profissional Docente

Há que incutir uma nova profissionalidade dos docentes no exercício e desempenho das suas diversas funções (instrutivas, educativas, de investigação,...) com intenções como: alternância de períodos de estudo/trabalho, investigação e ensino; experiências laborais na formação dos professores; períodos de estudo no estrangeiro; domínio de línguas estrangeiras comunitárias; domínio de novas tecnologias educativas; formação de professores como educação de adultos ou educação recorrente; tratar com redes de "recursos"; aproximação à educação multicultural e intercultural; princípios democráticos, civico-morais e sociais; formadores procedentes da própria comunidade; etc.

Desta forma poder-se-á potenciar cursos de aperfeiçoamento de professores na perspectiva da educação intercultural.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Realizando uma visão crítica da educação intercultural, creio que o que expusemos, não nos permite fazê-lo adequadamente. Devemos considerar que na educação intercultural e na educação em geral confluem uma variedade de interesses e problemas socio-educativos de vária índole. As culturas são diferentes e as relações de poder não são simétricas. Há culturas minoritárias e dominadas e outras maioritárias que geralmente são as que detêm o poder económico e político da sociedade.

A educação intercultural é uma perspectiva complexa, com várias visões contraditórias e inclusivé é uma estratégia ou orientação educativa que vai em sentido contrário ao das sociedades europeias (exaltação dos nacionalismos, auge do racismo, apogeu de individualismos,...). Admitimos, contudo, que uma das funções da educação é o de antecipar-se, prevenir e colaborar para que se realize o que desejamos. Faltam investigações sobre práticas e teorias da educação intercultural, mas pensamos que existem alguns elementos para podermos construir uma teoria da educação intercultural:

*-a política da educação intercultural tem que ir de acordo com as medidas políticas (e direitos), educativas e administrativas que cada estado membro implementa;

*-a educação intercultural é uma educação para todas as crianças sem distinção, promovendo-se programas ou projectos especiais na Escola em relação à língua, cultura e actividades extra-escolares dirigidas a todos os estudantes da comunidade educativa;

*-deve haver uma maior implicação entre o fomento da língua e culturas e o sucesso a a promoção escolar;

*-a educação intercultural é uma via de promoção de culturas, um modo de desenvolvimento dos grupos étnicos e desfavorecidos e colaborar na eliminação das desigualdades sociais;

*-a pedagogia intercultural tem a tarefa de reflectir e construir uma série de estratégias de intervenção, especificar conceitos e objectivos educativos e propor pautas de actuação e de relação pedagógica;

*-a questão do maior entendimento entre a Família-Escola, principalmente na participação dos alunos de étnias, comunidades culturais, dos filhos dos emigrantes dos países dos Palopes, etc. que requerem programas e projectos educativos especiais.

Qual o TIPO de PROFESSOR que exige a Comunidade Europeia ou a Europa intercultural, sabendo que os professores são uma realidade diversa e complexa ?

Que **ATTITUDES, VALORES e CONHECIMENTOS**, que **HABILIDADES e Destrezas**, que **Características gerais** são necessários num professor para intervir numa Sociedade, na Escola, na Aula que reflectem diversidade cultural ?

A diversidade implica as próprias entidades empregadoras, passando pela estrutura e funcionamento dos sistemas educativos. O professor para exercer as suas funções num ambiente em que priva a diversidade, necessita adquirir entre muitas capacidades, valores e atitudes democráticas, habilidade e sensibilidade para ver as situações e acontecimentos desde da diversidade, compreender a natureza da sociedade plural, conhecer as implicações da diversidade nos curriculas, no ensino, nas práticas, etc.

Sabemos que depois dos pais são os professores que influem na criação de atitudes nos alunos, quando estes são de origem socio-económica baixo (auto-conceitos, percepções e condutas), étnias e outras comunidades culturais. Além disso, os professores necessitam de assimilar o interculturalismo com conhecimentos (gerais e específicos) da nova Europa (apesar dos "shoch culturais" que podem ter no contacto com culturas diferentes à sua), competências que lhes permitem elaborar e formular um currículo intercultural (recolher dados familiares, educativos, sociais e culturais e sabê-los interpretá-los, tomar decisões nas actividades de ensino e de aula, modelos de comunicação com os alunos e respectivas famílias).

O desenvolvimento dos professores num modelo intercultural gira á volta do reconhecimento mútuo das diferentes culturas e das interacções que se produzem, sendo a Escola ("comunidade de aprendizes") o lugar ideal de formação para que as crianças de diversas culturas aprendam juntas.

Propomos três âmbitos de intervenção para que se realize na prática um modelo de educação intercultural para os alunos: (a.)-o CURRÍCULO (com uma concepção universalista da sociedade e da educação); (b.)-FORMAÇÃO INICIAL dos futuros formadores; (c.)-APERFEIÇOAMENTO e DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL e DOCENTE no modelo intercultural, entendendo-se por "aperfeiçoamento" a intervenção externa do professor em formação, de modo a melhorar o ensino e aquirirem conhecimento da realidade.

Assim, o desenvolvimento dos professores pode ser analisado por diversas perspectivas ou Modelos de Desenvolvimento Pessoal:

*-desenvolvimento orientado individualmente, um processo de programação e planificação e realização de actividades promotoras da aprendizagem ("Design" de aprendizagem pelo professor);

*-**MODELO DE OBSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO**: proporcionar aos professores a informação necessária sobre as suas acções e resultados de avaliação na aula;

*-**treino na aquisição de conhecimentos e habilidades** pela instrução individual e em grupo (cursos, seminários, etc.), dirigido aos professores do ensino elementar e secundário das áreas relacionadas com as necessidades especiais dos alunos da comunidade;

*-**MODELO DE INVESTIGAÇÃO** que exige aos professores áreas instrutivas de interesse, técnicas e estratégias de recolha de dados, a sua interpretação e a introdução às mudanças de acordo com os resultados obtidos na análise; etc.

Para terminar gostaria de deixar algumas questões pertinentes, resultantes da nossa exposição e que poderão servir de fio condutor e de reflexão aos agentes e responsáveis educativos e, às quais por muito que nos esforçamos não temos de momento respostas pedagógicas cabais:

-Para onde se dirigem as futuras políticas educativas europeias dos estados membros da Comunidade Europeia ?

-De que forma as iniciativas políticas satisfazem as necessidades educativas das populações mais desprotegidas (emigrantes, as étnias, as classes sociais mais baixas, as comunidades dos Palops, a comunidade cigana, os pobres, os inadaptados, etc.) em relação à liberdade de trabalho e à circulação de pessoas no âmbito comunitário ?

-Como potenciaremos educativamente a promoção de atitudes positivas para uma diversidade cultural e, como conseguir que a educação seja o instrumento integrador de indivíduos de culturas distintas em sistemas de valores e atitudes participadas ?

-Como se expressa a diversidade cultural nos currículos, nos objectivos, conteúdos de ensino e nos critérios de avaliação ?

-Em que níveis de ensino e disciplinas afecta mais as mudanças induzidas pela diversidade cultural ?

-Haverá incidência da adaptação educativa à diversidade cultural na formação inicial e continua dos professores ?

-Que mudanças, se as houver, se prevê ao nível da organização, direcção e administração nos sistemas educativos nacionais, para ser institucionalizada uma educação intercultural ?

Notas

¹Esta pedagogia não é só um discurso ético-cultural dentro dos currículos escolares, nas práticas pedagógicas de aula, etc. Trata-se duma pedagogia da improvisação (aproximação à educação informal), da inovação pedagógica e, que se enquadra nos parâmetros da Área-Escola e da educação cultural, sendo promotora da participação, da comunicação e relações pessoais, da cooperação, dos processos configuradores das acções educativas, etc., é uma PEDAGOGIA DO ENCONTRO. São exemplos de situações de "pedagogia de baixa tensão": os encontros juvenis escolares, os acampamentos internacionais, as bolsas de estudo, os programas educativos de intercâmbio, as reuniões e congressos pedagógicos, etc., isto é, todas as situações educativas que permitem a aproximação afectiva, emocional e sensível entre os sujeitos de diferentes culturas, entre as tarefas educativas, nos jogos, na criatividade, na satisfação de interesses educativos, etc.

²Com os novos desafios pedagógicos para os docentes, porque : um professor já não se deve identificar exclusivamente com a disciplina ou matéria que ensina, mas unir-se a fins mais complexos da educação moderna e das tecnologias educativas, de modo a favorecer a formação de cidadãos responsáveis, participativos (atitudes, comportamentos para a unidades dentro da diversidade de culturas), sentido do desempenho de funções, etc.

BIBLIOGRAFIA

- ABDALLAH - PRETCEILLE, M. (1990). Vers une pédagogie interculturelle. Paris: Publications de la Sorbonne / Institut National de Recherche Pédagogique.
- ALKAN, M. (1990). Aspects of Intercultural Education and Curriculum Decision-Making. In *European Journal of teacher Education*, 13 (3), pp. 113-121
- AVANCINI, G. (1991). L'école; d'hier à demain. Toulouse: ERES.
- BANKS, J. (1991). Teaching Multicultural Literacy to Teachers. In *teaching Education*, 4 (1), pp. 133-144
- BEYER, L. E. y ZEICHNER, K. (1990). La Education del Profesorado en el contexto cultural : Más allá de la Reproduccion. En T. S. Popkerwitz. (ed.), *Formation del Profesorado. Teoria Crítica* (pp. 272 - 303). Valencia: Publ. Universitat de Valencia.
- BLISS, I. (1990). Intercultural Education and the Professional knowledge of Teachers. In *European Journal of Teacher Education*, 13 (3), pp. 141 - 151.
- BRUCE, M. (1989). Teacher Education and the Erasmus Program. In *European Journal of Teacher Education*, 12 (3), pp. 197 - 227.
- CERI - OCDE (1987). L'éducation Multiculturelle. Paris: Publ OCDE.

- CERI - OCDE (1989). L'école et les cultures. Paris: Publ. OCDE.
- CHURCHILL, S. (1987). "Elaboration des politiques d'éducation dans les sociétés multiculturelles". En CERI - OCDE, L'éducation Multiculturelle. Paris: Publ. OCDE.
- CLANET, C. (1990). L'intercultural. Toulouse: Press Universitaire du Mirail.
- CONSEIL de L' EUROPE (1989). L'éducation interculturelle. Concept, contexte et programme. Strasbourg : Publ. Conseil de L' Europe.
- CORRIGAN, D. and HABERMAN, Martin (1990). The context of Teacher Education (pp. 195 - 211). In R. Houston (Ed.). *Handbook of Research on Teacher Education*. N. York : Macmillam.
- DEMORGEON, J. (1989). L'exploration interculturelle. Pour une pédagogie internationale. Paris: Armand Colin.
- DENOUX, P. (1990). "Formation et Problématique Interculturelle". In *European Journal of Teacher Education*, 13 (3), pp. 123 - 128.
- DILLEMANS, R. (1989). Autonomy, Responsibility and Responsiveness of Higher Education Institutions after 1992. In *European Journal of Teacher Education*, 24 (4), pp. 333 - 343.
- FERDMAN, B. M. (1990). "Literacy and cultural Identity". In *Harvard Educational Review*, 60 (2), pp. 181 - 204.
- GALINO, A. y ESCRIBANO (1990). La Education intercultural en el enfoque y desarrollo del curriculum. Madrid: Editorial Narcea.
- GRANT, C. and SECADA, W. (1990). Preparing Teachers for diversity. In R. Houston (Ed.), *Handbook of Research on Teacher education*, (pp. 403-422). New York: MacMillam
- JORDAN, J. A. (1992). L' educación multicultural. Barcelona : CEAC.
- KALANTZIS, M. et al. (1990). Culture of schooling: pedagogies for cultural differences and social access. London. Falmer Press.
- KNAPP, K (1990). Common Market - Common Culture? In *European Journal of Education*, n° 25 (1), pp. 55 - 60.
- LADMIRAL, Reu y LIPIANSKY, Marc (1989). La Communication interculturelle: Paris: Ed. Armand - Colin.
- LANTERNARI, V. (1986). Identità e differenza: percorsi stonico-antropologici. Napoles: Ed. Ligouri.
- LYNCH, JAMES (1989). Multicultural education in a global society. London: The Falmer Press.
- MARDLE, G and Walker, M. (1980). Strategies and structure: critical notes on teacher socialization (pp. 98 - 129). In P. Words (Ed.). *Teacher Strategies*. London : Croom Helm.
- MARTINS, ERNESTO C. (1991). "A Formação Permanente de Professores dentro do Sistema Educativo". Em *Inovação*, vol. 4 (1), pp. 113 - 133.
- MITTER, W. (1991). Teacher Education in Europe: Problems, Challenges, Perspectives. In *British Journal of Educational Studies*, XXXIX (2), pp. 138 - 152.

- MONTANI, M. (1991). L' Universalismo culturale : identità che si coniugano con alterità. In *Orientamenti Pedagogici*, nº 224, pp. 319 - 326.
- OUELLET, F. (1991). L'éducation interculturelle. Paris: L'Harmattan.
- REY, M. (1986). Training teachers in intercultural education. The work of the country for cultural cooperation (1927 - 83). Strasbourg. Publ. Council of Europe.
- RICHERT, A. (1991). Case Methods and Teacher Education: Using cases to teach teachers. In R. Tabachnick and K. Zeichner (eds.) *Issues and Practices in Inquiry- Oriented Teacher Education* (pp. 130 - 150). London : The Falmer Press.
- TSCHOUMY, J. A. (1989). Formation des Enseignants et Petites Communautés Européennes : finalités culturelles spécifiques ? In *European Journal of Teacher Education*, 12 (1), pp 5 - 11.
- VREEDE, Brik de (1990). "What Are We Talking About ?". Plural Education and Teacher Education. In *European Journal of Teacher Education*, 13 (3), pp. 129 - 140.